



ACTAS

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
Reunião do Conselho Geral de 18 de julho de 2022

----- Ata n.º 3 -----

---Aos dezoito do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 15H, reuniu na Sede da ANMP, em Coimbra, o Conselho Geral.-----

---Estiveram presentes os membros do Conselho Geral constantes do Anexo I.-----

---Participaram na reunião Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo da ANMP, acompanhada dos Vice-Presidentes Rui Santos, Alfredo Monteiro, Ribau Esteves, Hélder Sousa e Silva, Álvaro Araújo, e do Secretário-Geral da ANMP, Rui Solheiro. -----

---Face à ausência do Presidente do Conselho Geral, Carlos Moedas, a reunião foi presidida pelo Vice-Presidente, Ricardo Gonçalves.-----

---Verificada a existência de quórum, o Vice-Presidente do Conselho Geral, Ricardo Gonçalves, declarou aberta a reunião, com a seguinte ordem de trabalhos, antecipadamente enviada aos membros do órgão: -----

Ponto 1 – Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 05/07/2022.-

Ponto 2 – Descentralização administrativa. Proposta de acordo entre o Governo e a ANMP.-----

Ponto 3 – Outros assuntos.-----

Ponto 1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 05/07/2022.
(Anexo II) -----

---Colocada a votação, registou-se a aprovação por unanimidade. -----

Ponto 2. Descentralização administrativa. Proposta de acordo entre o Governo e a ANMP. (Anexo III) -----

---Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo, referiu que a proposta de acordo entre o Governo e a ANMP para as áreas da Educação e Saúde sofreu várias correções e aditamentos, registando-se uma evolução significativa em relação ao documento que foi apresentado no último Conselho Geral. Frisou que se procurou responder às preocupações e recomendações dos autarcas, de modo a ultrapassar os constrangimentos e a mitigar dificuldades.-----

---A Presidente do Conselho Diretivo sublinhou também que a proposta de acordo apresentada foi consensualizada na reunião do Conselho Diretivo, realizada na parte da manhã, conseguindo-se a aprovação do documento por uma ampla maioria dos membros do Conselho Diretivo, embora sem unanimidade.-----

ACTAS

-----De seguida o Secretário-Geral da ANMP, Rui Solheiro, procedeu à apresentação global da evolução do clausulado da proposta de acordo, destacando, no que concerne aos compromissos no domínio da educação, designadamente, a salvaguarda da possibilidade de inclusão de escolas que, não estando referenciadas na lista das prioritárias para recuperação/reabilitação, reúnam condições para ser apoiadas; o Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas que garante o financiamento das intervenções a 100% e será financiado através verbas do Portugal 2030, Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), BEI, entre outras; a Comissão Técnica de Desenvolvimento (CTD) define e propõe, no prazo máximo de 90 dias após a celebração do acordo, a fórmula de financiamento das despesas relativas ao equipamento/apetrechamento de edifícios escolares, bem como a fórmula de financiamento das despesas relativas ao transporte escolar, com a necessidade de auscultar a ANMP; a possibilidade de atualização do valor de 2,75€ por refeição escolar desde que o preço base do procedimento de contratação inicial não tenha ultrapassado aquele valor.-----

---Quanto aos compromissos no domínio da saúde, o Secretário-Geral da ANMP, Rui Solheiro, evidenciou, designadamente, a atualização automática dos valores relativos à conservação e manutenção dos centros de saúde, no início de cada ano; o compromisso do Governo de fazer obras de construção, recuperação/reabilitação num conjunto de centros de saúde, recorrendo a verbas do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030, sempre com a prévia audição da ANMP; a possibilidade de os municípios serem diretamente envolvidos na fixação dos horários de funcionamento das unidades de cuidados de saúde de proximidade, sem prejuízo da participação nos custos adicionais com assistentes operacionais que decorram das propostas de alargamento por eles formuladas.-----

---Sobre este ponto da ordem de trabalhos, intervieram os seguintes elementos: -----
José Manuel Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Valongo; Francisco Jesus, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra; António Soares, Presidente da Câmara Municipal de Penamacor; Vítor Proença, Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal; Salvador Malheiro, Presidente da Câmara Municipal de Ovar; Pedro Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Almeirim; Ricardo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Santarém; Inês de Medeiros, Presidente da Câmara Municipal de Almada; Júlia Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Mirandela; Pedro Machado, Presidente da Câmara Municipal de Lousada; Vítor Paulo Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura; Carlos Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora; Leonel Gouveia, Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão; Francisco Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Coruche; António Loureiro, Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha; Aurélio Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande; Pedro do Carmo, Presidente da Assembleia Municipal de Ourique, Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo.-----

ACTAS

---Colocada a votação a proposta de acordo entre o Governo e a ANMP, registou-se a aprovação por maioria, com 3 (três) votos contra de Francisco Jesus, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra; Vítor Proença, Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal; Carlos Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora.-----

---Foi apresentada uma declaração de voto pelo Presidente da Câmara Municipal de Ovar, Salvador Malheiro, subscrita pelos autarcas do PSD. (Anexo IV)-----

Ponto 3. Outros assuntos.-----

---O Presidente da Câmara Municipal de Valongo, José Manuel Ribeiro, expôs a necessidade de proceder à correção da Lei das Finanças Locais, com o objetivo de pôr termo a distorções que se verificam nas transferências para alguns municípios.-----

--O Presidente da Câmara Municipal de Évora, Carlos Pinto de Sá, apelou a uma reflexão sobre o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), uma vez que não contempla financiamento para a rede viária, em particular para a está sob jurisdição municipal.----

-Por último, o Conselho Geral manifestou a solidariedade para com os municípios que têm sido flagelados com os incêndios dos últimos dias.-----

ENCERRAMENTO: -----

---Nada havendo mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual vai ser assinada pelo Vice-Presidente do Conselho Geral e pelo Secretário-Geral da ANMP. -----

NOTA: Das intervenções realizadas encontra-se arquivada na Secretaria-Geral da ANMP cópia áudio. -----

O Vice-Presidente do Conselho Geral



Ricardo Gonçalves

O Secretário-Geral



Rui Solheiro